Ministério do Trabalho e Emprego
Secretaria de Proteção ao Trabalhador

PLANO DE TRABALHO Nº 1/2026 DO TED Nº 30/2026

1. DADOS CADASTRAIS DA UNIDADE DESCENTRALIZADORA

a) Unidade Descentralizadora e Responsável

Nome do órgão ou entidade descentralizador(a):	Secretaria de Proteção ao Trabalhador - SPT/MTE
Nome da autoridade competente:	Carlos Augusto Simões Gonçalves Júnior
Número da Matrícula Funcional:	1367725
Nome da Secretaria/Departamento/Unidade Responsável pelo acompanhamento da execução do objeto do TED:	Secretaria de Proteção ao Trabalhador - SPT

b) UG SIAFI

Número e Nome da Unidade Gestora - UG que descentralizará o crédito:	400041 - Secretaria de Proteção ao Trabalhador - SPT
Número e Nome da Unidade Gestora - UG Responsável pelo acompanhamento da execução do objeto do TED:	400041 - Secretaria de Proteção ao Trabalhador - SPT

2. DADOS CADASTRAIS DA UNIDADE DESCENTRALIZADA

a) Unidade Descentralizada e Responsável

Nome do órgão ou entidade descentralizada:	6271 - Fundação Universidade de Brasília — UnB
Nome da autoridade competente:	Rozana Reigota Naves
Número da Matrícula Funcional:	1552210
Nome da Secretaria/Departamento/Unidade Responsável pela execução do objeto do TED:	Programa de Pós-Graduação em Governança e Inovação em Políticas Públicas — PPG-GIPP/UnB

b) UG SIAFI

Número e Nome da Unidade Gestora - UG que receberá o crédito:	154040 / Gestão 15257 — Universidade de Brasília — UnB
Número e Nome da Unidade Gestora - UG Responsável pela execução do objeto do TED:	154040 / Gestão 15257 — Universidade de Brasília — UnB

3. OBJETO:

Título do projeto: Desenvolvimento e execução de política permanente, integrada e contínua de capacitação voltada aos atores estratégicos das políticas de trabalho, emprego e renda do Sistema Público de Trabalho, Emprego e Renda - PRIMEIRO CICLO: Desenvolvimento de metodologia, conteúdos, plataforma e ferramentas de EaD e aplicação de 5 cursos de capacitação pilotos

Objeto: Constituir uma política permanente, integrada e contínua de capacitação voltada aos atores estratégicos das políticas de trabalho, emprego e renda, envolvidos na governança do Sistema Público de Trabalho, Emprego e Renda, observando a diversidade desse público.

4. DESCRIÇÃO DAS AÇÕES E METAS A SEREM DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DO TED:

Descrição:
A capacitação será realizada nos formatos híbrido e EaD, combinando atividades presenciais e a distância. Para tanto, o Programa contará com plataforma virtual destinada à oferta e disponibilização dos conteúdos e recursos educacionais digitais, à realização das atividades formativas a distância e ao acompanhamento dos participantes. A solução tecnológica dará suporte à execução das ações de capacitação, contribuindo para sua continuidade, alcance e futura expansão em âmbito nacional.

O desenvolvimento da capacitação, com o o desenho pedagógico e a plataforma virtual serão precedidas de pesquisa com o público-alvo e de planejamento das atividades.

Objetivo geral:
Desenvolver, validar e executar uma política permanente, integrada e contínua de capacitação voltada aos atores estratégicos das políticas de trabalho, emprego e renda, envolvidos na governança do Sistema Público de Trabalho, Emprego e Renda, observando a diversidade desse público.

Objetivos específicos:

- Diagnosticar as necessidades de formação dos integrantes do público alvo (CODEFAT, CTERs, representantes de municípios com mais de 200 mil habitantes sem conselhos, servidores do MTE e superintendências, indicados por entidades sindicais), a partir de levantamento quantitativo e qualitativo junto aos conselheiros e demais atores.
- Desenvolver a matriz de competências, o desenho pedagógico, os conteúdos, plataforma e ferramentas de EaD e os materiais didáticos do programa.
- Planejar, executar e avaliar 5 cursos piloto de capacitação.
- Aperfeiçoar a proposta metodológica e operacional com base nos resultados dos pilotos, que permitam a implementação do programa de capacitação em escala nacional, a partir do segundo ciclo de capacitação.
- Monitorar os resultados de participação, aprendizagem, aplicação prática e satisfação dos participantes na execução dos 5 cursos piloto.
- Garantir pluralidade de representações — gênero, território, geracional e tecnológica.

Metas:
O trabalho será desenvolvido em 4 metas principais

Meta 1 — Desenvolvimento da Metodologia, Conteúdo e Material Pedagógico

- **Descrição:** Desenvolver a matriz de competências e o projeto pedagógico da capacitação, compreendendo a definição de conteúdos, carga horária, modalidades, metodologia de ensino,

percurso formativo, materiais didáticos, atividades práticas e instrumentos de avaliação da aprendizagem. Realizar revisão crítica do histórico do DIEESE e estruturar nova metodologia adaptável, com elaboração de material didático escalável e roteirização para EaD. A partir dos aprendizados dos cursos-piloto, revisar e aperfeiçoar a metodologia, os conteúdos e os materiais produzidos.

- **Produto 1** — Metodologia, Conteúdo e Material Pedagógico.

Meta 2 — Pesquisa Nacional de Perfil e Formação dos Conselheiros

- **Descrição:** Realizar o mapeamento do público, o diagnóstico participativo e o levantamento das necessidades formativas, por meio de diagnóstico quantitativo e qualitativo do perfil, trajetória e demandas formativas dos conselheiros do sistema, gerando subsídios permanentes para as políticas públicas do MTE. A meta compreende também a estruturação inicial da governança e do plano de monitoramento associados ao desenvolvimento do diagnóstico.
- **Produto 2** — Pesquisa Nacional de Perfil e Formação dos Conselheiros.

Meta 3 — Desenvolvimento da Plataforma Tecnológica e Recursos Educacionais Digitais

- **Descrição:** Levantar os requisitos pedagógicos, tecnológicos e operacionais; analisar as plataformas e infraestruturas disponíveis; selecionar a plataforma, o estúdio e os recursos de produção e transmissão; definir os mecanismos de inscrição, acompanhamento, avaliação, certificação e acessibilidade; desenvolver, configurar e realizar testes escalonados e homologação do ambiente digital e dos recursos de TIC. Após sua aplicação nos cursos-piloto, analisar o desempenho da solução tecnológica, identificar ajustes e promover seu aperfeiçoamento.
- **Produto 3** — Plataforma Tecnológica e Recursos Educacionais Digitais.

Meta 4 — Realização, Avaliação e Sistematização dos 5 Cursos-Piloto Regionais

- **Descrição:** Realizar cinco turmas híbridas de capacitação em capitais estratégicas pactuadas com o MTE, incluindo mobilização e seleção dos participantes, preparação dos docentes, tutores e equipe de apoio, realização das atividades formativas, tutoria, oficinas, suporte técnico e aplicação dos instrumentos de avaliação. Avaliar o processo e os resultados dos pilotos, mediante consulta aos participantes, docentes, tutores e equipe técnica, e sistematizar os resultados de frequência, conclusão e aprendizagem. Com base nos resultados dos pilotos, desenvolver o planejamento da expansão nacional, contemplando cobertura territorial, cronograma de turmas, regionalização, mobilização, formação de facilitadores ou tutores e logística.
- **Produto 4** — Realização de 5 Cursos-Piloto Regionais.

Meta 5 — Alinhamento, Consolidação dos Produtos e Elaboração do Relatório Final

- **Descrição:** Realizar reuniões técnicas de acompanhamento e alinhamento com o Ministério do Trabalho e Emprego — MTE para apresentação, discussão e alinhamento dos produtos desenvolvidos no âmbito do projeto. Consolidar os resultados alcançados nas diferentes metas, sistematizar os principais resultados da execução e incorporar, quando pertinentes, os ajustes decorrentes das reuniões de alinhamento. Elaborar o Relatório Final do projeto, contemplando a síntese das atividades realizadas, dos produtos desenvolvidos e dos resultados alcançados.
- **Produto 5** — Relatório Final.

5. JUSTIFICATIVA E MOTIVAÇÃO PARA CELEBRAÇÃO DO TED:

O Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador — CODEFAT — e os Conselhos do Trabalho, Emprego e Renda — CTER — estaduais e municipais desempenham funções relevantes na deliberação, no planejamento, no acompanhamento e no controle social das políticas e ações financiadas com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador — FAT. A adequada atuação dessas instâncias colegiadas contribui para que a aplicação dos recursos públicos esteja alinhada às diretrizes nacionais da política de trabalho, emprego e renda e, simultaneamente, às necessidades e particularidades dos estados e municípios.

O exercício dessas atribuições requer que conselheiras, conselheiros e representantes envolvidos conheçam a organização e o funcionamento das políticas financiadas pelo FAT, as competências dos respectivos colegiados, os instrumentos de planejamento, as regras aplicáveis à destinação dos recursos, os mecanismos de acompanhamento da execução e os procedimentos relacionados à transparência e ao controle social. Exige, ainda, capacidades para interpretar informações técnicas e orçamentárias, analisar propostas, participar de processos deliberativos, acompanhar planos de ação e avaliar os resultados das iniciativas implementadas.

A diversidade territorial e institucional dos conselhos, as diferenças de experiência e de capacidade técnica entre seus integrantes, a renovação periódica das representações e a complexidade das matérias submetidas à apreciação tornam necessária a adoção de uma estratégia estruturada, continuada e nacionalmente articulada de formação. A realização de capacitações isoladas ou episódicas, embora possa responder a necessidades imediatas, não é suficiente para assegurar a atualização periódica dos conhecimentos, a integração de novos integrantes, a preservação da memória institucional e o acompanhamento das transformações normativas e operacionais da política pública.

A descentralização dos créditos para a Universidade de Brasília justifica-se pela aderência do objeto às atividades de pesquisa com forte alinhamento com extensão e ensino da Universidade e a execução pelo Programa de Pós-Graduação em Governança e Inovação em Políticas Públicas – PPGGIPP garante capacidade institucional para desenvolver projetos relacionados à gestão pública, às políticas públicas, à formação de agentes públicos, ao controle social, à produção de conteúdos educacionais, ao desenho de processos e à avaliação de programas governamentais.

O PPGGIPP, sediado na Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas — FACE, possui orientação multidisciplinar e interdisciplinar e tem como objetivo produzir estudos e pesquisas de intervenção voltados ao desenvolvimento de políticas públicas efetivas. Sua proposta formativa articula governança e inovação e busca capacitar profissionais para compreender e intervir em problemas públicos complexos e multiatoriais, mediante a elaboração de métodos, instrumentos, ferramentas e soluções aplicáveis à atuação governamental.

A natureza multidisciplinar do PPGGIPP é especialmente adequada ao objeto do projeto, que reúne dimensões pedagógicas, tecnológicas, institucionais, jurídicas, orçamentárias e de gestão pública. A capacitação dos integrantes dos conselhos não envolve apenas a transmissão de conhecimentos normativos, mas a compreensão das relações entre Estado e sociedade, da democracia, dos mecanismos de participação e controle social, dos processos de planejamento e execução de recursos públicos e das condições institucionais necessárias ao funcionamento de instâncias colegiadas. As linhas de atuação do Programa abrangem, entre outros temas, ação pública e participação social, governança pública, planejamento, orçamento, avaliação de políticas, controle social, inovação e políticas de emprego, trabalho e renda.

A capacidade institucional do PPGGIPP também é evidenciada por sua experiência na oferta de turmas específicas de mestrado profissional em cooperação com órgãos públicos, como os TEDs celebrados com o Superior Tribunal de Justiça — STJ — e com o Ministério da Educação — MEC. Essas colaborações estão associadas a iniciativas de extensão tecnológica, relacionadas ao desenvolvimento e à transferência de instrumentos e tecnologias de gestão para governos. Essas experiências demonstram capacidade para organizar equipes multidisciplinares, desenvolver projetos de intervenção aplicada e responder a demandas específicas de instituições públicas.

O corpo docente do Programa também reúne experiência em temas relacionados às transformações nas relações internacionais e à emergência de novos centros de poder político e econômico, com destaque para a crescente influência da China, o fortalecimento do BRICS e a consolidação do chamado Sul Global. Essas mudanças produzem efeitos sobre o mundo do trabalho, do emprego e da renda e tendem a repercutir nas dinâmicas econômicas, produtivas e institucionais em âmbito nacional e regional.

A orientação profissional e aplicada do Programa valoriza a elaboração de produtos técnico-tecnológicos resultantes de problemas concretos da administração pública. Para o PPGGIPP os trabalhos devem combinar fundamentação teórica e metodológica com o desenvolvimento de produtos que possuam usos e aplicações definidos, potencial inovador e possibilidade de intervenção no ambiente organizacional ou social. Essa orientação converge com a proposta do presente projeto, que não se limitará à oferta de aulas, mas compreenderá o desenvolvimento, a experimentação, a validação, a documentação e a transferência de tecnologias de formação e gestão do conhecimento.

O caráter extensionista do projeto será concretizado por meio da interação dialógica entre a Universidade e os integrantes dos conselhos e pela participação de docentes e discentes do programa. As ações não se limitarão à transmissão unilateral de conteúdos. Deverão contemplar diagnóstico participativo, discussão de problemas e situações reais, intercâmbio de experiências, estudos de caso, atividades aplicadas às atribuições dos conselhos e avaliação das dificuldades enfrentadas pelos participantes. Os conhecimentos e experiências das conselheiras e dos conselheiros serão incorporados ao desenvolvimento e ao aperfeiçoamento da proposta formativa, permitindo a construção de soluções aderentes às diferentes realidades estaduais e municipais.

Dessa forma, a celebração do TED mostra-se adequada para viabilizar a cooperação entre o Ministério do Trabalho e Emprego e a Universidade de Brasília, reunindo a competência institucional do Ministério e a capacidade acadêmica, metodológica, extensionista e tecnológica da Universidade para desenvolver, testar, implementar, avaliar e transferir uma solução nacional de formação continuada para as conselheiras e os conselheiros do CODEFAT e dos CTER.

6. SUBDESCENTRALIZAÇÃO

A Unidade Descentralizadora autoriza a subdescentralização para outro órgão ou entidade da administração pública federal?

( )	Sim
(X)	Não

7. FORMAS POSSÍVEIS DE EXECUÇÃO DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS:

A forma de execução dos créditos orçamentários descentralizados poderá ser:

( )	Direta, por meio da utilização capacidade organizacional da Unidade Descentralizada.
( )	Contratação de particulares, observadas as normas para contratos da administração pública.
(X)	Descentralizada, por meio da celebração de convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos congêneres, com entes federativos, entidades privadas sem fins lucrativos, organismos internacionais ou fundações de apoio regidas pela Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994.

8. CUSTOS INDIRETOS (ART. 8, §2°)

A Unidade Descentralizadora autoriza a realização de despesas com custos operacionais necessários à consecução do objeto do TED?

(X)	Sim
( )	Não

O pagamento será destinado aos seguintes custos indiretos, até o limite de 20% do valor global pactuado:

1. Limpeza e conservação.
2. Apoio administrativo, técnico e operacional.
3. Serviços de energia elétrica.
4. Vigilância ostensiva.
5. Serviços de água e esgoto.
6. Manutenção e conservação de bens imóveis.
7. Infraestrutura de TIC

9. CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

METAS	DESCRIÇÃO	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	Início	Fim

META 1	**Desenvolvimento da Metodologia, Conteúdo e Material Pedagógico:** Desenvolver a matriz de competências e o projeto pedagógico da capacitação, compreendendo a definição de conteúdos, carga horária, modalidades, metodologia de ensino, percurso formativo, materiais didáticos, atividades práticas e instrumentos de avaliação da aprendizagem. Realizar revisão crítica do histórico do DIEESE e estruturar nova metodologia adaptável, com elaboração de material didático escalável e roteirização para EaD. A partir dos aprendizados dos cursos-piloto, revisar e aperfeiçoar a metodologia, os conteúdos e os materiais produzidos.	Unidade	1	R$ 800.000,00	R$ 800.000,00	1	12
PRODUTO	Metodologia, Conteúdo e Material Pedagógico						

META 2	**Pesquisa Nacional de Perfil e Formação dos Conselheiros:** Realizar o mapeamento do público, o diagnóstico participativo e o levantamento das necessidades formativas, por meio de diagnóstico quantitativo e qualitativo do perfil, trajetória e demandas formativas dos conselheiros do sistema, gerando subsídios permanentes para as políticas públicas do MTE. A meta compreende também a estruturação inicial da governança e do plano de monitoramento associados ao desenvolvimento do diagnóstico.	Unidade	1	R$ 879.166,66	R$ 879.166,66	1	12
PRODUTO	Pesquisa Nacional de Perfil e Formação dos Conselheiros						

META 3	**Desenvolvimento da Plataforma Tecnológica e Recursos Educacionais Digitais:** Levantar os requisitos pedagógicos, tecnológicos e operacionais; analisar as plataformas e infraestruturas disponíveis; selecionar a plataforma, o estúdio e os recursos de produção e transmissão; definir os mecanismos de inscrição, acompanhamento, avaliação, certificação e acessibilidade; desenvolver, configurar e realizar testes escalonados e homologação do ambiente digital e dos recursos de TIC. Após sua aplicação nos cursos-piloto, analisar o desempenho da solução tecnológica, identificar ajustes e promover seu aperfeiçoamento.	Unidade	1	R$ 645.833,33	R$ 645.833,33	1	12
PRODUTO	Plataforma Tecnológica e Recursos Educacionais Digitais						

META 4	**Realização, Avaliação e Sistematização dos 5 Cursos-Piloto Regionais:** Realizar cinco turmas híbridas de capacitação em capitais estratégicas pactuadas com o MTE, incluindo mobilização e seleção dos participantes, preparação dos docentes, tutores e equipe de apoio, realização das atividades formativas, tutoria, oficinas, suporte técnico e aplicação dos instrumentos de avaliação. Avaliar o processo e os resultados dos pilotos, mediante consulta aos participantes, docentes, tutores e equipe técnica, e sistematizar os resultados de frequência, conclusão e aprendizagem. Com base nos resultados dos pilotos, desenvolver o planejamento da expansão nacional, contemplando cobertura territorial, cronograma de turmas, regionalização, mobilização, formação de facilitadores ou tutores e logística	Unidade	5	R$ 279.166,67	R$ 1.395.833,35	1	12

PRODUTO 4	Realização de 5 Cursos-Piloto Regionais						
META 5	**Alinhamento, Consolidação dos Produtos e Elaboração do Relatório Final:** Realizar reuniões técnicas de acompanhamento e alinhamento com o Ministério do Trabalho e Emprego – MTE para apresentação, discussão e alinhamento dos produtos desenvolvidos no âmbito do projeto. Consolidar os resultados alcançados nas diferentes metas, sistematizar os principais resultados da execução e incorporar, quando pertinentes, os ajustes decorrentes das reuniões de alinhamento. Elaborar o Relatório Final do projeto, contemplando a síntese das atividades realizadas, dos produtos desenvolvidos e dos resultados alcançados.	Unidade	1	R$ 79.166,66	R$ 79.166,66	12	18
PRODUTO 5	Relatório Final						

10. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO	
MÊS/ANO	VALOR

Após a assinatura	3.800.000,00 (três milhões e oitocentos mil reais)

11. PLANO DE APLICAÇÃO CONSOLIDADO - PAD

CÓDIGO DA NATUREZA DA DESPESA	CUSTO INDIRETO	VALOR PREVISTO
339039 - Serviços de Terceiros – PJ	Não	R$ 3.166.666,67
339039 - Serviços de Terceiros – PJ - Custos Indiretos UnB R$ 380.000,00 e 339039 - Serviços de Terceiros – PJ - Fundação de Apoio R$ 253.333,33	Sim	R$ 633.333,33
TOTAL		R$ 3.800.000,00

Observação: Os eventuais rendimentos decorrentes da aplicação financeira dos recursos descentralizados pelo Ministério do Trabalho e Emprego poderão ser aplicados pela Universidade de Brasília na execução do projeto, exclusivamente para a consecução do objeto pactuado, observadas as normas aplicáveis.

12. DETALHAMENTO DAS DESPESAS

DESPESAS	CUSTO INDIRETO	VALOR PREVISTO
Bolsas de Pesquisa (UnB)	Não	R$ 1.926.480,00
Serviços de Terceiros – PJ - Despesas	Não	R$ 800.000,00
Diárias	Não	R$ 205.093,34
Passagens	Não	R$ 235.093,33
Custos Indiretos - UnB	Sim	R$ 380.000,00
Serviços de Terceiros - PJ - Fundação	Sim	R$ 253.333,33
TOTAL		R$ 3.800.000,00

13. PROPOSIÇÃO

Local e data: Brasília, na data da assinatura.

Documento assinado eletronicamente

ROZANA REIGOTA NAVES

Reitora

Universidade de Brasília - UnB

14. APROVAÇÃO

Local e data: Brasília, na data da assinatura.

Documento assinado eletronicamente

CARLOS AUGUSTO SIMÕES GONÇALVES JUNIOR

Secretário
Secretaria de Proteção ao Trabalhador – SPT

Documento assinado eletronicamente por **Rozana Reigota Naves**, **Usuário Externo**, em 20/10/2026, às 20:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **Carlos Augusto Simões Gonçalves Junior**, **Secretário(a) de Proteção ao Trabalhador**, em 20/10/2026, às 20:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 .

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://processoeletronico.trabalho.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=3&cv=10075931&crc=E735B31A, informando o código verificador **10075931** e o código CRC **E735B31A**.

Referência: Processo nº 19958.209618/2026-08. SEI nº 10075931